# Da evidência à incidência: acesso a alimentos saudáveis e os desafios para transformar conhecimento em políticas públicas

Coordenadora: Priscila Diniz (ACT promoção da saúde)
Apresentadores: Paula Johns (ACT promoção da saúde); Potira Preiss (GEPAD), Valter Palmieri Jr. (Comida & Economia), Olívia Dorea (Cátedra Josué de Castro).

**Justificativa**

No contexto atual, marcado por crises interligadas, ganha centralidade a discussão sobre como produzir conhecimento relevante e, sobretudo, como esse conhecimento se converte em transformação concreta dos sistemas alimentares.

Esta mesa parte de uma constatação incômoda: a produção acadêmica sobre sistemas alimentares é cada vez mais robusta, mas sua tradução em debate público qualificado ainda é limitada. Ao mesmo tempo, a sociedade civil vem ampliando sua capacidade de incidência política, porém enfrenta o desafio de sustentar agendas complexas quando as evidências disponíveis não estão organizadas ou traduzidas de forma oportuna para a ação. Entre esses campos, há uma interdependência ainda pouco explorada para enfrentar problemas estruturais dos sistemas alimentares, no tempo exato das oportunidades das decisões políticas.

Nesse contexto, a mesa propõe um recorte centrado no **acesso à alimentação saudável**, entendido em suas dimensões físicas, econômicas e territoriais e na forma como essas dimensões se conectam às estratégias de advocacy para transformação dos sistemas alimentares. Busca-se discutir como evidências sobre oferta, ambientes alimentares e preços dos alimentos podem ser mobilizadas para incidir sobre desigualdades estruturais e ampliar o acesso a alimentos adequados e saudáveis.

Mais do que um exercício de divulgação científica, trata-se de disputar a interpretação dos problemas, qualificar o debate público e transformar conhecimento em capacidade efetiva de ação política, sustentando agendas complexas em ambientes de disputa e ampliando a incidência para mudanças estruturais.

1. **Paula Johns** - socióloga, co-fundadora e diretora executiva da ACT Promoção da Saúde, abordará o papel da sociedade civil na incidência por políticas públicas de alimentação, com contexto do enfrentamento dos conflitos de interesse do setor privado na produção e comercialização de produtos nocivos. A partir da experiência no Congresso Nacional, destaca os desafios de avançar agendas regulatórias baseadas em evidências em um ambiente de forte atuação de bancadas conservadoras e negacionistas, bem como de construir agendas comuns em contextos de alta pressão política e disputa de interesses.

2. **Potira Preiss** - Professora na área de Agroecologia no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS – Campus Restinga. Pesquisa temáticas relacionadas a sistemas alimentares sustentáveis, segurança e soberania alimentar e relações produção-consumo. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD), da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável e do Instituto Fome Zero. Nesta mesa contribuirá com a perspectiva do acesso físico e da disponibilidade de alimentos, discutindo

como territórios, circuitos de produção e redes coletivas configuram os ambientes alimentares e influenciam as condições concretas de acesso da população e tensionam a formulação de políticas públicas, conectando conhecimento, ação e engajamento político.

3. **Valter Palmieri Jr.** - Coordenador e Professor de Economia na Strong Business School e autor de estudo recente sobre inflação de alimentos no Brasil. Discutirá as causas sistêmicas da inflação de alimentos no país nas duas últimas décadas, buscando articular a compreensão desse fenômeno macroeconômico com a estrutura do sistema agroalimentar e com o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Em diálogo com o tema da mesa, abordará o hiato entre evidência e incidência, que, mesmo diante de diagnósticos consistentes, o debate público segue marcado por explicações simplificadas e respostas de curto prazo, em um tema atravessado por disputas políticas. A partir de sua interlocução com a mídia, refletirá sobre os desafios de traduzir evidências complexas em narrativas capazes de incidir sobre a agenda pública e fortalecer políticas de acesso à alimentação adequada e saudável.

4. **Olívia Dórea** - Pesquisadora e analista de incidência da Cátedra Josué de Castro, apresentará uma visão sobre o papel de iniciativas acadêmicas e redes de conhecimento na articulação entre evidência e ação pública, destacando como a produção e sistematização de conhecimento de cátedras podem fortalecer estratégias de advocacy, apoiar a formulação de políticas e contribuir para enfrentar barreiras estruturais e sustentar caminhos concretos de transição justa e sustentável dos sistemas alimentares.

## 1 - Caminhos para transformar conhecimento em políticas públicas de promoção da alimentação saudável

**Paula Johns**

### 1.1 Objetivos

Este trabalho tem como objetivo analisar como evidências científicas sobre sistemas alimentares podem ser efetivamente traduzidas em incidência política, contribuindo para a ampliação do acesso à alimentação adequada e saudável. Partindo da constatação do hiato entre produção de conhecimento e transformação concreta das políticas públicas, busca-se compreender o papel da sociedade civil na mediação entre evidência e decisão.

Especificamente, o trabalho pretende: (i) examinar os desafios de incidir sobre políticas públicas em contextos de forte disputa de interesses; (ii) identificar estratégias de advocacy capazes de sustentar agendas complexas ao longo do tempo; e (iii) sistematizar aprendizados da prática institucional da ACT Promoção da Saúde, destacando a construção de uma metodologia de advocacy baseada em evidências.

### 1.2 Referencial teórico

A literatura sobre políticas públicas reconhece que decisões governamentais não são orientadas exclusivamente por evidências, mas resultam de processos marcados por disputas de poder, interesses econômicos e dinâmicas institucionais. Nesse sentido, a incorporação de evidências depende não apenas de sua qualidade, mas da capacidade de atores de traduzi-las, comunicá-las e inseri-las em janelas de oportunidade política.

No campo dos sistemas alimentares, o acesso à alimentação saudável é condicionado por determinantes estruturais — econômicos, territoriais e regulatórios — que moldam os ambientes alimentares e produzem desigualdades no acesso a alimentos adequados. Evidências sobre preços, disponibilidade e oferta são abundantes, mas sua incidência na agenda pública permanece limitada.

Um referencial fundamental para compreender esse cenário é o das determinantes comerciais da saúde, conforme desenvolvido na série da *The Lancet*. Esse campo analisa como estratégias corporativas — incluindo marketing, influência política, financiamento de pesquisas e atuação regulatória — moldam padrões de consumo e afetam a saúde das populações. No contexto dos sistemas alimentares, tais determinantes são centrais para entender a expansão de produtos ultraprocessados e as barreiras à implementação de políticas regulatórias eficazes.

A atuação da sociedade civil, nesse contexto, não se limita à tradução de evidências, mas envolve o enfrentamento direto dessas dinâmicas de poder. O advocacy baseado em evidências emerge, assim, como uma prática que articula produção de conhecimento, comunicação estratégica e ação política para contrabalançar a influência de interesses comerciais sobre as políticas públicas.

No caso da ACT Promoção da Saúde, essa abordagem foi sistematizada em um guia metodológico estruturado em quatro pilares — produção de conhecimento, comunicação, mobilização e incidência política — que se retroalimentam e orientam a ação estratégica.

### 1.3. Metodologia

O estudo adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo-analítico, baseada na sistematização da experiência de advocacy da ACT Promoção da Saúde. Trata-se de um estudo de caso que analisa a atuação da organização na promoção de políticas públicas de saúde, incluindo agendas relacionadas à alimentação saudável e à regulação de produtos nocivos.

As fontes utilizadas incluem: (i) documentos institucionais, campanhas e posicionamentos públicos; (ii) o Guia de Ações de Advocacy para a Agenda 2030; e (iii) a reflexão crítica sobre experiências concretas de incidência junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como em estratégias de comunicação pública e mobilização social.

A análise parte do pressuposto de que, no campo do advocacy, a prática precede a teoria. Assim, busca-se compreender como a experiência acumulada foi sendo sistematizada em metodologias replicáveis, ao mesmo tempo em que dialoga com referenciais teóricos contemporâneos, como o das determinantes comerciais da saúde.

### 1.4. Resultados e discussão

A análise evidencia que o principal desafio não é a ausência de evidências, mas sua tradução em ação política em contextos de disputa estruturada por interesses econômicos. No campo da alimentação saudável, esse desafio é fortemente influenciado pelas determinantes comerciais da saúde, que atuam para moldar tanto o ambiente regulatório quanto o debate público.

A experiência da ACT demonstra que a incidência efetiva depende da articulação dos quatro pilares do advocacy:

(i) Produção de conhecimento – inclui a geração e sistematização de evidências científicas, bem como a análise crítica de como interesses comerciais influenciam sua produção, interpretação e uso. Esse pilar é fundamental para qualificar o debate e desnaturalizar narrativas construídas por atores econômicos.

(ii) Comunicação – atua na disputa de narrativas no espaço público, traduzindo evidências em mensagens acessíveis e estratégicas. Em contextos marcados por desinformação e influência corporativa, a comunicação torna-se central para reposicionar o debate e ampliar o entendimento social sobre os determinantes da saúde.

(iii) Mobilização – envolve a construção de coalizões amplas que incluem sociedade civil, academia e outros atores, fortalecendo a capacidade coletiva de enfrentar interesses organizados. A mobilização também contribui para gerar pressão social e legitimidade política.

(iv) Incidência política – compreende a atuação direta junto aos três poderes. No Legislativo, por meio do monitoramento e engajamento em projetos de lei e agendas regulatórias; no Executivo, por meio da participação em processos decisórios, consultas públicas e formulação de políticas; e no Judiciário, por meio do uso de instrumentos legais para proteção do interesse público.

A atuação da ACT ilustra como esses pilares se articulam em estratégias integradas. Campanhas públicas e ações de comunicação são combinadas com produção técnica e

incidência institucional para influenciar decisões políticas. Esse modelo permite não apenas traduzir evidências, mas disputar ativamente o ambiente político em que elas são mobilizadas.

Um achado central é que o advocacy baseado em evidências, quando orientado pelo referencial das determinantes comerciais da saúde, amplia sua capacidade analítica e estratégica. Ao explicitar os mecanismos de influência corporativa, torna-se possível não apenas propor políticas, mas também compreender e enfrentar as barreiras à sua implementação.

**1.5. Conclusões**

A transformação de evidências em políticas públicas efetivas requer reconhecer que o processo decisório é atravessado por determinantes comerciais que influenciam agendas, narrativas e resultados. Nesse contexto, o desafio não é apenas técnico, mas político.

A experiência da ACT Promoção da Saúde demonstra que o advocacy baseado em evidências pode ser sistematizado como metodologia capaz de enfrentar essas dinâmicas. Ao integrar produção de conhecimento, comunicação, mobilização e incidência, essa abordagem fortalece a capacidade da sociedade civil de influenciar políticas públicas e promover mudanças estruturais.

Por fim, argumenta-se que reduzir o hiato entre evidência e incidência exige incorporar explicitamente a análise das relações de poder que moldam os sistemas alimentares. O referencial das determinantes comerciais da saúde oferece uma lente fundamental para essa compreensão, permitindo avançar na construção de políticas públicas mais equitativas e eficazes na promoção da alimentação adequada e saudável.

Palavras-chave: advocacy; determinantes comerciais da saúde; políticas públicas; sistemas alimentares; alimentação saudável.

## 2 - O acesso a alimentos saudáveis: contribuições a partir de alianças alimentares e redes territorializadas

**Potira Preiss**

### 2.1 Introdução

Vivemos um contexto de múltiplas crises -alimentar, ambiental, climática, econômica e democrática - em que desigualdades sociais se agravam. A permanência da fome e da insegurança alimentar e nutricional, a mudança climática, os conflitos agrários, a degradação ambiental acelerada, as drásticas perdas da biodiversidade, o impacto nocivo dos alimentos de baixa qualidade na saúde humana são alguns dos alimentos que permeiam as discussões e os desafios atuais para a construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis (Willett et al., 2019; IPCC, 2022; Preiss e Vasconcellos, 2022; FAO et al., 2024; IPES-Food, 2024).

Uma crescente literatura tem sido dedicada a tratar da relevância de processos de aproximação entre agricultores e consumidores, seja como forma de fomentar mercados diretos, resgate de culturas originárias, fomento a economias territorializadas, criação de redes de resistência frente aos desafios ambientais e climáticos (Moragues-Faus et al., 2020; Pecqueur, 2024). Neste processo, a diferentes dinâmicas e alianças entre agricultores e consumidores em processos de aproximação para construção redes de abastecimento alimentar localizadas, em processos de certificação participativa e dinâmicas de soberania alimentar, ou seja, atuando como coparticipes de um sistema agroalimentar mais ético, justo, sustentável (Tittonell et all., 2021; Navarro, Ganzo, Preiss, 2023; Preiss, 2023).

A partir dessa perspectiva, os ambientes alimentares deixam de ser vistos como espaços passivos e passam a ser entendidos como territórios em disputa, nos quais diferentes lógicas de organização coexistem e se tensionam, criando diferentes possibilidade de reformulação dos ambientes alimentares. Esses tensionamentos incidem não só nos processos de produção, mas também de acesso a alimentos como um resultado de processos coletivos que configuram, disputam e transformam os sistemas de abastecimento (Preiss, 2023).

A partir dessas perspectivas, este capítulo tem como objetivo refletir como alianças ente agricultores e consumidores e redes coletivas reconfiguram os ambientes alimentares territoriais em prol da qualificação do acesso à alimentação saudável e a transformação dos sistemas alimentares.

### 2.2. Objetivo

Refletir como alianças ente agricultores e consumidores e redes coletivas reconfiguram os ambientes alimentares territoriais em prol da qualificação do acesso à alimentação saudável e a transformação dos sistemas alimentares.

### 2.3 Metodologia

O texto baseia-se em uma abordagem qualitativa de caráter teórico-analítico, combinando revisão de literatura e resultados empíricos de pesquisas da autora no RS, em especial nos territórios do Vale do Rio Parto e Região Metropolitana de Porto Alegre. As incursões a campo para coleta de dados ocorreram em 2020, 2023 e 2025. Em todas essas ocasiões dados foram levantados por meio de entrevistas com agricultores, consumidores e demais frequentadores de circuitos curtos de abastecimento. Também foram realizadas análise

documental e observação de campo. Ainda que partes do conteúdo aqui apresentado tenham composto outras publicações, o conjunto do material é inédito.

A discussão também incorpora uma leitura crítica e dialogada com o relatório A inflação de alimentos no Brasil: um fenômeno estrutural, específico e sistêmico, buscando identificar convergências e tensões entre os resultados do relatório e as evidencias dos trabalhos de campo. Sobre o compreender o acesso alimentar a alimentação saudável.

## 2.4. Conclusões

Apresentamos uma reflexão sobre como sistemas agroalimentares saudáveis e sustentáveis podem ser construídos a partir de ações territoriais que deem centralidade à San e às dinâmicas de abastecimento da agricultura familiar, fomentando, assim, o acesso qualificação a alimentação saudável.

Ao olhar para processos de transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis a partir dos contextos vividos em territórios do sul do Brasil, discute-se como a ação coletiva de agricultores, consumidores e redes coletivas reconfiguram os ambientes alimentares territoriais. A inflação de alimentos no Brasil é uma expressão de um sistema alimentar global e insustentável agrava as condições de desigualdades social da população e intensidade das mudanças climáticas. Repensar o sistema alimentar, passa por olharmos para nossos territórios em suas potencialidades e desafios, criando ações que possam efetivamente atender o direito humano a alimentação adequada e saudável e valorizar quem protagoniza a agricultura socialmente inclusiva e sustentável. Para tanto, as políticas municipais e territoriais são essenciais, assim como a ação da sociedade civil em prol de outras realidades.

## 3. Inflação de Alimentos e Sistema Agroalimentar: os limites da tradução do conhecimento em política pública

**Valter Palmieri Jr.**

### 3.1. Objetivos

A proposta desta intervenção é discutir a inflação de alimentos no Brasil como um problema estrutural, relacionado ao sistema agroalimentar e ao modelo de desenvolvimento econômico do país, e, a partir disso, refletir sobre os limites e as possibilidades de transformar esse diagnóstico em incidência efetiva sobre políticas públicas. Parte-se da constatação de que o debate público dominante tende a enquadrar o tema a partir da sazonalidade dos preços e de aspectos conjunturais da macroeconomia.

Parte-se também do reconhecimento de que, mesmo quando há evidências consistentes sobre o comportamento dos preços dos alimentos no longo prazo e seus efeitos sobre o acesso à alimentação, essas evidências têm baixa capacidade de reorganizar o debate público e influenciar decisões. O objetivo, portanto, não é apenas apresentar o diagnóstico, mas compreender por que ele não se traduz, na mesma intensidade, em ação política.

De forma específica, busca-se:
(i) sintetizar os principais elementos explicativos da inflação de alimentos no Brasil nas últimas duas décadas, com base em PALMIERI JUNIOR (2026);
(ii) explicitar sua relação com a estrutura do sistema agroalimentar;
(iii) discutir como esse fenômeno é enquadrado no debate público;
(iv) refletir sobre os desafios de sua tradução em políticas públicas voltadas ao acesso à alimentação adequada e saudável.

### 3.2. Referencial teórico

A análise se apoia em uma abordagem estruturalista do desenvolvimento, que enfatiza a necessidade de compreender os fenômenos econômicos a partir de suas determinações históricas, institucionais e produtivas. Nessa perspectiva, a inflação de alimentos é tratada como expressão de um padrão de organização econômica, e não como resultado de choques isolados.

Essa leitura dialoga com a economia política dos sistemas agroalimentares, que permite compreender a articulação entre produção, distribuição e consumo a partir das estruturas de mercado, das relações de poder e das estratégias de acumulação. A noção de regimes alimentares contribui para situar o caso brasileiro em um contexto mais amplo, marcado pela centralidade das commodities e pela crescente integração entre mercados domésticos e internacionais.

A discussão sobre acesso à alimentação incorpora a abordagem dos sistemas alimentares em suas múltiplas dimensões, com ênfase no acesso econômico. A inflação de alimentos, nesse sentido, deixa de ser apenas um problema de preços e passa a ser compreendida como um dos principais determinantes das desigualdades alimentares.

Por fim, a reflexão sobre incidência mobiliza a economia política das políticas públicas, com destaque para o papel das disputas de interpretação, dos conflitos de interesse e da formação

de agendas. O que está em jogo não é apenas a validade das evidências, mas sua capacidade de se afirmar como referência dominante na definição do problema e das respostas possíveis.

### 3.3. Metodologia

A exposição se baseia na sistematização de evidências empíricas sobre a evolução dos preços de alimentos no Brasil nas últimas duas décadas, com base em dados de inflação ao consumidor, articulados a informações sobre produção agrícola, comércio exterior e estrutura das cadeias agroalimentares.

A análise combina diferentes níveis. Em primeiro lugar, observa-se o comportamento dos preços dos alimentos em relação à inflação geral, destacando seus efeitos sobre o poder de compra. Em segundo lugar, examina-se a estrutura produtiva e a inserção internacional da economia brasileira, com ênfase no papel das commodities. Em terceiro lugar, analisa-se a organização dos mercados ao longo das cadeias agroalimentares, incluindo aspectos de concentração econômica. Por fim, considera-se o papel das políticas públicas na regulação, ou ausência de regulação, do abastecimento alimentar.

Adicionalmente, incorpora-se uma dimensão analítica derivada da interlocução com a mídia e com o debate público, buscando compreender como as evidências são traduzidas, simplificadas ou deslocadas quando circulam fora do campo acadêmico.

### 3.4. Conclusões

A inflação de alimentos no Brasil apresenta um padrão persistente de crescimento acima da inflação geral, o que implica perda contínua de poder de compra e deterioração do acesso à alimentação, especialmente entre as famílias de menor renda. Esse comportamento não se explica por fatores conjunturais isolados, mas pela interação de elementos estruturais.

Destacam-se, entre esses elementos, a inserção internacional baseada em commodities, que amplia a transmissão de preços externos ao mercado interno; a concentração econômica ao longo das cadeias agroalimentares; as limitações dos instrumentos públicos de regulação e abastecimento; as desigualdades no acesso a fatores produtivos; e as pressões associadas às mudanças climáticas.

Apesar da consistência desse diagnóstico, o debate público permanece marcado por interpretações fragmentadas, que privilegiam explicações pontuais e reduzem a complexidade do fenômeno. Esse enquadramento restringe o horizonte de políticas e favorece respostas de curto prazo.

O principal desafio, portanto, não está na ausência de evidência, mas na sua tradução em capacidade de incidência. Isso exige transformar diagnósticos estruturais em narrativas inteligíveis e politicamente mobilizadoras, sem perda de rigor, além de articular atores capazes de sustentar agendas de médio e longo prazo.

Ampliar o acesso a alimentos adequados e saudáveis implica recolocar o abastecimento alimentar no centro do debate sobre desenvolvimento econômico. Isso envolve enfrentar assimetrias estruturais, reconstruir instrumentos públicos e disputar a interpretação do problema no espaço público. A passagem da evidência à incidência depende, em última instância, da articulação entre conhecimento, comunicação e ação política.

## 4. A articulação entre conhecimento e ação pública: o papel de cátedras universitárias na transição justa e sustentável do sistema agroalimentar

**Olívia de Freitas Dórea Ribeiro**[1]

### 4.1 Objetivos

O objetivo da presente apresentação é explorar o papel de cátedras universitárias na articulação da produção e sistematização de conhecimento científico e a ação pública, atuando pela transição justa e sustentável do sistema agroalimentar e apoiando a formulação de políticas públicas baseadas em evidência.

### 4.2. Referencial teórico

O exemplo que embasará esta participação é o da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis (CJC). Criada em 2021 e sediada na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), a CJC constitui um espaço multidisciplinar dedicado à reflexão, produção e difusão de conhecimento sobre o sistema agroalimentar. Por meio de quatro eixos de atuação - pesquisa, formação, disseminação e comunicação -, procura ampliar as abordagens sobre o tema e contribuir para a reconfiguração do sistema agroalimentar brasileiro em direção a modelos mais saudáveis, sustentáveis e justos, articulando a promoção da saúde humana e a regeneração dos ecossistemas.

Torna-se cada vez mais evidente a urgência de uma transição do sistema agroalimentar global, dado que este é responsável por um terço das emissões de gases de efeito estufa no planeta (Crippa et al., 2021). Estudos já indicam que, mesmo com o cessamento total das emissões vindas da queima de combustíveis fósseis, a manutenção do status quo de funcionamento do sistema agroalimentar já seria suficiente para impedir que a meta de aquecimento de 1,5oC colocada pelo Acordo de Paris (Clark et al., 2020) seja alcançada. Ou seja, o combate à mudança do clima não será possível sem a estruturação de estratégias que busquem caminhos e soluções mais justas e sustentáveis para a transformação do modelo agroalimentar dominante.

O conhecimento científico é essencial para fundamentar a necessidade da transformação e o sentido no qual ela deve acontecer - embasada em critérios de justiça e sustentabilidade. Porém, apesar da crescente produção acadêmica sobre o tema, a crise sistêmica que atinge o sistema agroalimentar permanece sendo enfrentada com respostas de caráter pontual e restrito, insuficientes para endereçar o problema em todas as suas dimensões (Favareto et al., 2025).

Desse modo, a questão central não reside apenas na produção e ampliação da produção de evidências, mas especialmente em compreender como essas evidências podem ser traduzidas em capacidade efetiva de incidência sobre agendas públicas, processos decisórios e estratégias de transformação estrutural. Parte-se do reconhecimento de que a relação entre evidência e política não é linear. A formulação de políticas públicas não decorre automaticamente da existência de diagnósticos robustos, mas é atravessada por disputas de poder, conflitos de interesse e capacidades institucionais. Nesse contexto, o desafio não é apenas produzir

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Pesquisadora e analista de incidência da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da USP.

conhecimento relevante, mas construir mecanismos capazes de articular esse conhecimento à ação pública.

É nesse espaço que iniciativas acadêmicas e, especificamente, cátedras universitárias podem desempenhar papel estratégico. Mais do que espaços convencionais de produção científica, elas operaram como instâncias de articulação entre a pesquisa científica e os atores de processos políticos, contribuindo para reduzir o hiato entre evidência e incidência.

Em 1968, por meio da Lei nº 5.540, determinou-se o fim das cátedras no sistema de ensino superior no país (Brasil, 1968). Até aquele momento, o titular da cátedra ocupava uma posição máxima e vitalícia em determinada disciplina universitária, arranjo que foi substituído pela organização departamental, na qual diferentes docentes compartilham simultaneamente o mesmo nível na carreira. Dos anos 1990 em diante, surgiram novos modelos de cátedra na USP, voltadas a temáticas específicas e estruturadas com formatos e dinâmicas próprias (Bellesa, 2023).

### 4.3. Metodologia

Atualmente, dentre as motivações para a criação de cátedras enquanto modelo de estruturação de locus de pesquisa na USP, estão aspectos como: (i) interdisciplinaridade, compreendendo a necessidade de cooperação entre diferentes áreas para enfrentar desafios complexos; (ii) respostas a desafios sociais, produzindo conhecimento com impacto direto para a sociedade; (iii) globalização e intercâmbio, contando com colaborações internacionais para isso; (iv) promoção da inovação, buscando o que há de mais atual para o debate científico; (v) engajamento com a sociedade, disseminando o conhecimento produzido; e (vi) flexibilidade e adaptação, possibilitando mudanças frente ao mundo em constante evolução (IEA, 2023; Bellesa, 2023).

### 4.4. Conclusões

No caso da CJC, cátedra que tem como objeto de estudo uma questão tão multidimensional como a justiça e sustentabilidade do sistema agroalimentar, a interdisciplinaridade na produção de conhecimento científico sobre o tema é essencial. Nesse sentido, com formações nas áreas de sociologia, nutrição, saúde pública, gestão ambiental, gestão pública, entre outros, a CJC possui uma equipe capaz de mobilizar conhecimentos de diversas áreas, permitindo uma abordagem holística sobre a produção, processamento, distribuição, acesso, consumo e descarte de alimentos na produção científica.

Junto disso, a combinação dos eixos de formação, disseminação e comunicação com o eixo de pesquisa, possibilitam a CJC a incidir em processos políticos através de diversas ações. No eixo de formação, as evidências são articuladas em cursos e processos formativos para diferentes públicos (gestores, tomadores de decisão, sociedade civil, representantes do governo, entre outros). No eixo de comunicação, as evidências são traduzidas para meios variados (redes sociais, jornais acadêmicos, jornais de notícias, podcasts, produções próprias, livros, entre outros). Já no eixo de disseminação, o conhecimento é difundido com estratégias conectadas diretamente ao trabalho de comunicação, mas especialmente através de participações em eventos, parcerias com diferentes atores e espaços de governança multilateral. Esses, por sua vez, possibilitam que a CJC realize intercâmbios de conhecimento com organizações internacionais e projete o cenário da transição do sistema agroalimentar brasileiro no debate global.

O diálogo com a sociedade civil e o governo na produção de conhecimento ilustra a preocupação de disseminação das pesquisas científicas sobre o sistema agroalimentar para os mais diversos públicos, em especial atores que participam dos processos de formulação de políticas públicas como tomadores de decisão ou forças de advocacy. Para estes públicos, o embasamento teórico e científico é ainda mais estratégico para fortalecer sua capacidade de atuação e influência política. A produção de evidências orientadas à ação e sua tradução em uma linguagem acessível, sem perder seu rigor científico, é particularmente relevante na agendas da transformação do sistema agroalimentar, em um cenário no qual debates sobre clima, desigualdades, acesso à alimentação, financiamento e modelos de desenvolvimento frequentemente aparecem dissociados.

Este trabalho de iniciativas acadêmicas como a CJC torna-se ainda mais relevante ao considerar o poder do lobby exercido pela indústria de alimentos. O fortalecimento de estratégias de advocacy a partir de evidências científicas que dialogam com diversos campos do conhecimento faz com que a incidência política na área do sistema agroalimentar possua cada vez mais capacidade de responder a disputas regulatórias e políticas em tempo oportuno. Nesse campo, as redes acadêmicas articuladas por cátedras universitárias consolidam a formulação de propostas que sistematizam experiências de sucesso e produzem subsídios para processos participativos que fortalecem coalizões voltadas à transformação do sistema agroalimentar.

Essa perspectiva amplia a compreensão sobre o papel de cátedras como a Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis que, mais do que produzir diagnósticos, contribuem para, a partir de seu cerne acadêmico, consolidar evidências acessíveis e transdisciplinares, capazes de apoiar estratégias de incidência e fortalecimento de agendas públicas orientadas à transição justa e sustentável do sistema agroalimentar. Seu papel não reside em substituir movimentos sociais, organizações da sociedade civil ou formuladores de políticas, mas em fortalecer mediações entre esses campos. Se os obstáculos à transformação do sistema agroalimentar são estruturais e não apenas técnicos, então o desafio não é somente produzir melhores evidências, mas construir melhores mediações entre conhecimento e política. É nesse terreno que redes de conhecimento e iniciativas acadêmicas podem oferecer contribuição singular para sustentar caminhos concretos de transição justa e sustentável do sistema agroalimentar.

**REFERÊNCIAS**

BELLESA, M. Encontro reúne cátedras da USP para estabelecer rede colaborativa. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. [S.l.], 17 out. 2023. Disponível em: https://www.iea.usp.br/noticias/encontro-estabelece-rede-de-catedras-da-usp. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 20 abr. 2026.

CLARK, M. et al. Global food system emissions could preclude achieving the 1.5° and 2°C climate change targets. *Science*, v. 370, n. 6517, p. 705–708, 2020. DOI: https://doi.org/10.1126/science.aba7357.

CRIPPA, M. et al. Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. *Nature Food*, v. 2, p. 198–209, 2021. DOI: https://doi.org/10.1038/s43016-021-00225-9.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024*. Rome: FAO, 2024. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cd1254en.

FAVARETO, A. et al. *COP30: por uma transição justa e sustentável do sistema agroalimentar*. Policy Brief. Cátedra Josué de Castro, 2025.

IEA. *I Encontro Intercátedras da USP*. YouTube, 4 out. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=glRnhkyt00A. Acesso em: 20 abr. 2026.

IPCC. *Climate Change and Land: IPCC Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse Gas Fluxes in Terrestrial Ecosystems*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. DOI: https://doi.org/10.1017/9781009157988.

IPES-FOOD. *Food from somewhere: building food security and resilience through territorial markets*. 2024.

MORAGUES-FAUS, A. et al. Building diverse, distributive, and territorialized agrifood economies to deliver sustainability and food security. *Economic Geography*, v. 96, n. 3, p. 219–243, 2020.

NAVARRO, R. S.; GANZO, A.; PREISS, P. V. A Cooperativa de Consumidores de Produtos Ecológicos de Três Cachoeiras: fomentando saúde e responsabilidade ambiental. In: DESAFIOS e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. p. 219–224. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/256162.

PALMIERI JR., V. *A inflação de alimentos no Brasil: um fenômeno estrutural, específico e sistêmico*. São Paulo: ACT Promoção da Saúde, 2026.

PECQUEUR, B. Can the territorial food system provide solutions to recurring crises in the global food system? *Italian Review of Agricultural Economics*, v. 79, n. 1, p. 5–14, 2024. DOI: https://doi.org/10.36253/rea-15170.

PREISS, P. V.; VASCONCELLOS, F. C. F. The role of civil society in sustainable food systems: insights from the Brazilian experience. In: SCHNEIDER, S.; PREISS, P. V.; MARSDEN, T. (org.). *Food and Agriculture in Urbanized Societies: Pathways for a Better Future*. London: Emerald Publishing, 2022. (Research in Rural Sociology and Development, v. 26). DOI: https://doi.org/10.1108/S1057-192220220000026012.

TITTONELL, P. et al. Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America: a rediscovery of food, farmers and collective action. *Agricultural Systems*, v. 190, p. 103098, 2021. DOI: https://doi.org/10.1016/j.agsy.2021.103098.

WILLETT, W. et al. Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. *The Lancet*, v. 393, n. 10170, p. 447–492, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31788-4.